

Patrimônio Cultural de Pernambuco



João Tavares Pires Buril, que foi um dos mais destacados secretários do Ginásio Pernambucano. Nomeado em 1937, pelo então Interventor Agamenon Magalhães, aí permaneceu durante 8 anos. Segundo depoimento do Prof. Barreto Guimarães, "Ser Secretário do tradicional Ginásio Pernambucano era um título nobre. . . Buril caracterizava-se, àquela altura, pelo dinamismo, pela organização, pela dedicação ao serviço público e pelo devotamento ao velho Ginásio da Rua da Aurora".



A HISTÓRIA DO GINÁSIO

Não seja eu quem tente reconstituir a história deste até bem pouco Colégio Estadual de Pernambuco, antigo Liceu, depois Ginásio, em seguida Instituto Benjamin Constant, novamente Ginásio, quando o escritor Olívio Montenegro já o fez, nas suas MEMÓRIAS DO GINÁSIO PERNAMBUCANO, publicadas em 1943; e quando um dos professores da Casa, então interventor federal no Estado e por sinal renovador, ao seu tempo, do ensino da Geografia, o sr. Agamenon Magalhães, se lembrou de confiar ao catedrático de História da Civilização a tarefa de escrever a crônica da Casa: crônica em que o mestre Olívio Montenegro pôs os seus caprichos de pesquisador, sem esquecer que uma vida como essa, gloriosamente humana, não se registra em certos tons, ou entretos, de romantismo. E quando o mesmo Olívio Montenegro – de quem me vou valer no curso deste trabalho para fazer a peregrinação um tanto deslumbrada de um século – publicou recentemente a sua "plaquette" – O GINÁSIO PERNAMBUCANO – discurso proferido no nonagésimo nono aniversário deste Educandário. Bastaria isso, com efeito, para dispensar a qualquer um, a mim sobretudo, da veleidade de escrever a história do Ginásio, que está de-

Ginásio Pernambucano

NILO PEREIRA

finitivamente feita por um historiador que, pelo seu gosto de homem de letras, soube pôr em sua narrativa histórica a sua finura de esteta e de crítico.

A PERSONALIDADE DA INSTITUIÇÃO

Poucas instituições mudaram tanto de nome, sem mudar de destino, como este velho Ginásio. "Mudou o nome, escreve Olívio Montenegro, no discurso acima citado, mas não a sua natureza intrínseca". A natureza intrínseca, acrescento, que é a personalidade da própria instituição. Que é o seu caráter. As maiores vicissitudes, muitas delas, de resto, ligadas ao nome, não alteraram o espírito do Ginásio. Nem o fizeram perder no tempo e no espaço – um tempo e um espaço não apenas físico, mas sociais e culturais – a sua riqueza espiritual. A sua marca. Afinal, o Ginásio, que com esse nome foi criado pelo presidente da Pro-

víncia José Bento da Cunha Figueiredo, trazia consigo, de qualquer maneira, a responsabilidade de continuar o Liceu, que, ao tempo do Conde da Boa Vista, quase chegou a ser um centro universitário, onde o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama bastava como expoente da cultura do tempo: letrado e jornalista com o gosto e o requinte da sátira, que viverá sempre pelo seu O CARAPUCEIRO, jornal em que podia – eu não duvido – construir-se o bem geral, mas só depois, certamente, da implacável destruição de muita reputação bem-pensante.

Regente do Liceu foi o bispo Dom Tomás de Noronha; e professores eram o padre Lopes Gama, o padre Francisco Barreto, Simplício Mavignier, José Soares de Azevedo, Antônio Pedro de Figueiredo, que o mestre Olívio Montenegro, na sua lista, coloca muito bem em último lugar para definir mais extensamente a sua obra não apenas de jornalista, que

talvez não tenha sido no rigor exato ou moderno de expressão, mas de doutrinário. O PROGRESSO, que está republicado com excelente prefácio de Amaro Quintas, tem antes a unidade de um livro do que mesmo a dispersão de uma revista ou de um jornal. Esse Antônio Pedro, redescoberto por Gilberto Freyre e Amaro Quintas, é uma das maiores e mais sugestivas medidas intelectuais da época.

Do Liceu veio o Ginásio, trazendo o legado de uma experiência. Os diretores da Instrução Pública da Província e os regentes da Casa nos deixaram relatos interessantíssimos das deficiências não apenas do Educandário, mas do próprio Ensino, sendo que parece estarmos lendo, em muitos deles, coisas que podiam ser escritas ainda hoje sobre problema tão velho quanto difícil. Problema que as reformas nem sempre colocaram bem, nem ontem, nem agora. Programas um tanto falhos de objetividade, abstratos, quase inexequíveis, às vezes exagerados em enciclopedismo ou em cientificismo intencionais, davam ao ensino secundário, já naquele tempo, um tom de artifício pungente.

A HERANÇA

A herança que o Ginásio recebeu do Liceu havia de se temperar aqui e ali, por força do tempo,

Ac. 374022
ex. 1
59 50286

com os processos e métodos novos de ensino. Já o próprio Liceu, de resto, começava restringindo-se de certos excessos: o da palmatória, por exemplo. Foi um sensível sinal de progresso que o uso da palmatória ficasse limitado às aulas de primeiras letras e do Latim, não indo a mais de seis bolos, pela manhã e à tarde. Parece que o castigo, hoje tão reprovado dos nossos arroubos de misticismo ou de ascetismo pedagógico, dava os seus resultados, porque no ano seguinte ao da fundação deste Ginásio, quando já se lhe assinalavam as vantagens e benefícios, escrevia, em exposição datada de 8 de janeiro do mesmo ano e dirigida ao Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueirêdo, o vigário Venâncio Henriques de Rezende, diretor geral interino da Instrução Pública, o seguinte: — “Alguns professores começam a queixar-se de que alunos seus, antes diligentes e aplicados, já não estudam, depois que foi suprimido o uso da palmatória, outros representam que alguns pais querem delegar neles a jurisdição, o uso deste castigo; não sendo aliás admissível, que um professor público obre com dependência dos pais, e sim por delegação do poder público”. Mas, não se esquecia de acrescentar, ao sabor do tempo e no reforço do costume: — “O lugar vago pela supressão do uso da palmatória deve ser preenchido por um substituto satisfatório para reprimir, e evitar, que a insubordinação, e a anarquia domine nas escolas”.

O Liceu foi resistindo e melhor se adaptando às exigências da Pedagogia, tendo que vencer um poderoso rival — o Colégio das Artes, fundado em 7 de agosto de 1832. Começa o Presidente Manuel Pais de Andrade, homem sagaz e agudo que era, a compreender que o problema do ensino passava a viver, na Província, os seus dias mais decisivos. O que a respeito disse Manuel Pais de Andrade, com um realismo quase tocante, repercutiu na Assembléia Provincial, dando-se maior desenvolvimento ao Liceu: exatamente para que pudesse suportar o rival — o Colégio das Artes. O ensino se ampliava, havendo tentativas de imprimir ao Liceu um caráter quase universitário, como ao tempo de Francisco do Rêgo Barros. Mas também aumentava certo espírito de independência, de altivez, ou, para dizer melhor, de insubordinação entre os alunos, o que foi muito bem assinalado pelo padre Lopes Gama, no seu jornal *O Carapuceiro*, citado por Olívio Montenegro, nas “Memórias”, quando assim retrata, com o seu

pitoresco, o quadro social da época: — “Hoje, como está tudo mudado! Hoje vogam outros princípios, e mais diferente é a educação da mocidade. Um menino de dez a doze anos de idade já levanta o topete, já chama rabugentos e patetas a seus pais, que não ousam mais repreendê-los e muito menos corrigi-los. Nos antigos tempos, o filho já homem não se atrevia a fazer a barba, pela primeira vez, sem licença do pai. Hoje o menino ainda frequenta as primeiras letras, e já fuma o seu charuto”. Imagine-se o que registraria *O Carapuceiro* neste século dito do progresso, das máximas liberdades, com os alunos frequentando os cursos universitários de “silack”. Talvez sejam coisas do clima, dirão; mas, o padre Lopes Gama, ou alguém por ele, não explicaria o fenômeno por esse lado. . .

COLÉGIOS E LIVROS

O Recife, já uma metrópole regional, como recentemente chamou o padre Lebrecht, inclusive para justificar que tenhamos a refinaria de petróleo, assistia ao desenvolvimento do ensino secundário, que não era estimulado apenas pelo Governo, mas também pela iniciativa particular.

No período que vai de 1839 a 1845 — registra mestre Olívio Montenegro, que é o meu Virgílio nessa viagem sem sobressaltos nem temores do sobrenatural, — começam a surgir os primeiros grandes colégios do Recife: Colégio Pernambucano, Colégio de S. Boaventura, Colégio da Boa Vista, Colégio de Santa Cruz, Colégio de Santo Antônio, Colégio do Espírito Santo, Colégio de Me. Sarmiento, etc. “um ou outro é que não tinha nome de santo, o que significava menos devoção dos diretores a esses padroeiros, do que um meio de recomendar o colégio à confiança das famílias católicas”.

O Liceu, sofrendo as vicissitudes do tempo, mais parecia, na excelente expressão de Olívio Montenegro, “um rancho de ciganos”, saindo um tanto às pressas da Rua do Pires, “sumindo-se um tempo pelas casas dos professores para ressurgir obscuro e humilhado nos torresões da Alfândega, isto pelos fins do ano de 1844”.

Mas, não havia desânimo. A obra prosseguia, porque escrito estava que daria lugar ao Ginásio. Vieram reformas boas ou más do currículo. Talvez excrecências ou estroinices de cultura clássica. O Presidente Tomás Xavier de Andrade, interessado, em 1845, em saber, quais os livros adotados no

Liceu, escrevia nesse sentido ao diretor. Os livros adotados eram os seguintes: — *Elogios dos Reis de Portugal*, por D. João de Castro; *Luziadas*, de Camões; em Latim — Salústio, Virgílio, Horácio; em Francês — Telêmaco, Voltaire; Inglês — Pope e Goldsmith; Geometria, o compêndio de Lacroix; Filosofia, o de Genuen-ce.

Enquanto isso, o Liceu adquiria novos professores e em 12 de maio de 1851, com o Regulamento expedido pelo Presidente Souza Ramos, procedia-se à reforma da Instrução Pública, sendo o primeiro diretor nomeado o padre Lopes Gama, “literato de reconhecido crédito”, dizia em tom que hoje seria quase pejorativo o presidente Vítor de Oliveira.

Em 1852, os poetas Gonçalves Dias e Maciel Monteiro são incumbidos de estudar os problemas do ensino, cabendo ao lírico maranhense examinar se nas bibliotecas e arquivos dos Mosteiros e das Repartições Públicas havia documentos que devessem ser recolhidos ao Arquivo Público do Império.

O poeta Manuel Bandeira, no seu livro sobre Gonçalves Dias, publicado em 1952, alude sem grandes pormenores a essa viagem, dando mais um itinerário lírico da empresa do que os seus resultados objetivos. Naquela época estava Gonçalves Dias às voltas com problemas amorosos e pedido de casamento, no Maranhão. Diz Manuel Bandeira que as dificuldades giravam em torno da cor do poeta, embora, acrescente, não fosse “mulato chapado”. Mas, ainda assim, foi repellido nas suas pretensões. “E a repulsa foi breve, sêca, em quatro linhas. Recebeu-as o poeta no Recife, — escreve Manuel Bandeira — onde prosseguia nos trabalhos de sua comissão, depois de ter visitado as províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

É quase tudo quanto diz Manuel Bandeira dessa comissão, embora assinalasse os pontos básicos do seu relatório e a crítica feita ao sistema de ensino então vigente. O poeta refugiou-se no seu poema “Se se morre de amor”, “cuja epígrafe, tomada a Schiller, diz que podem mares, montanhas e o horizonte interpor-se entre dois amantes, mas as almas escapam à sua prisão e vão encontrar-se no paraíso do amor”. O poema foi escrito no Recife, segundo o testemunho de Antônio Henriques Leal, “depois de um serão em que algumas senhoras da alta sociedade do Recife haviam contestado que o amor pudesse matar”.

Foi uma fase de tortura amo-

rosa essa que viveu Gonçalves Dias no Recife. Fase que não foi ainda devidamente pesquisada, mas da qual nos dá um roteiro o poeta Manuel Bandeira, quando se refere à narração de Antônio Henriques Leal, que viu o poeta nos salões recifenses do tempo com olhos de observador e não com a preocupação de escrever o que agora se chama crônica mundana. Mundana no sentido de mundanidades chocantes ou inconvenientes, objeto de observações recentes, e tão lúcidas, de Gilberto Freyre e Gustavo Corção. O poeta, ferido pelo amor, não se descurou de sua missão. Infelizmente, como salienta Pires de Almeida, citado nas “Memórias” por Olívio Montenegro, o volumoso relatório em que Gonçalves Dias deu conta de sua missão nunca foi publicado, em que pese a estar cheio de erudição.

É de ver que bons encontros foram os de Gonçalves Dias com o poeta Maciel Monteiro, nomeado diretor da Instrução Pública, em 26 de abril de 1852. Ainda está por se escrever esse capítulo, já um tanto esbatido no tempo. Um ensaio biográfico de Maciel Monteiro, que eu não sei como não tentou a um crítico de idéias da categoria do prof. Sylvio Rabello, podia explorar largamente o assunto.

O GINÁSIO

Em 1851, o diretor da Instrução Pública, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, baseado em idéias do seu antecessor, Maciel Monteiro, então ministro plenipotenciário do Brasil em Portugal, propunha ao Governo a substituição do Liceu por um Colégio. Sugestão que, em 1854, era aceita pelo Presidente da Província, que nesse sentido se dirigia à Assembléia Provincial. O Liceu seria convertido num Internato, pagando os pensionistas mensalidades módicas. A Lei de 14 de maio de 1855 — faz mais de um século — converteu o antigo Liceu num “Internato de educação pública, e de instrução secundária, sob o título de Ginásio Pernambucano”.

Pensou-se num Colégio Central, na Assembléia; mas, vingou a idéia do Governo. Prevalece o nome de Ginásio, com as seguintes matérias: Latim, em duas cadeiras; Grego, Francês, Inglês, Alemão, Desenho, História e Geografia, em duas cadeiras; Matemáticas, Filosofia racional e moral, Ciências Naturais, Língua e Literatura Nacional, Eloquência e Poética, que se distribuíam em sete anos. Além dessas cadeiras ha-

via também o ensino de Música, Dança, Ginástica, Natação e Equitação. O regedor começava ganhando dois contos de réis por ano, incluindo gratificação. O censor recebia um conto e duzentos por ano. O professor, um conto e quinhentos por ano. O secretário, oitocentos mil réis anuais. Criou-se o lugar de médico com quinhentos mil réis também por ano. Enquanto isso, o bedel percebia seiscentos mil réis anuais. Mas, o bedel tinha a sua importância considerável e um seu tanto ornamental: "tocar a garrida para a entrada e saída dos alunos". Era ainda o bedel, e não o professor, como informa Olívio Montenegro, decerto um tanto saudosos dessa época, que fazia a chamada dos alunos, extraindo por sorte os pontos da sabatina. "E se o professor — isso, acrescento eu, não deixa ninguém saudosos — chega fora de hora para a aula é o bedel que o adverte de modo galante, com uma cortesia".

A INAUGURAÇÃO

A 15 de agosto de 1855 era lançada a pedra fundamental do Ginásio, dia da Assunção da Santíssima Virgem Mãe de Deus, às cinco horas da tarde, reza a ata, que é assinada, em primeiro lugar, pelo bispo Dom João da Purificação Marques Perdigão, em segundo lugar pelo presidente da Província, conselheiro doutor José Bento da Cunha Figueiredo, e em último pelo engenheiro José Mamede Alves Ferreira. Criado o Ginásio por lei provincial, só a 7 de setembro de 1855 se fez a inauguração solene. Era dia de grande festa, já se vê, mas naquele ano de 1855 — informa o historiador da Casa — reinava implacável o verão. Também era o ano de grandes epidemias. Tudo isso, somado, não permitiu que se realizasse a grande passeata comemorativa da Independência do Brasil. Ao invés de passeata, o presidente José Bento da Cunha e Figueiredo, à frente de um cortejo de civis, se dirige para o sobrado da rua do Hospício, onde estava o Liceu, inaugurando-se então o Ginásio. O padre Joaquim Rafael da Silva, primeiro regedor, pronunciou um discurso em latim. Era o internato instalado. E era a morte do velho Liceu, já provecto numa Província ainda nova.

O PRÉDIO PRÓPRIO

Uma necessidade se mostrava irrecusável: a do prédio próprio

do Ginásio. Na rua do Hospício tudo era estreito, apertado, mesquinho, diz o relatório do regedor, datado de 30 de novembro de 1856, isto é, um ano e dois meses após a inauguração do novo Educandário. Alunos internos não podia caber mais de 34 o prédio; e com quatro salas de aula apenas não era possível cumprir o que a respeito do currículo estabelecia o Regimento.

O projeto do prédio próprio veio, de autoria do engenheiro José Mamede Alves Ferreira, formado pela Escola de Engenharia de Paris, o Vauthier pernambucano, como bem chama Olívio Montenegro. "Mamede não possuía menos do que Vauthier — salienta o autor das "Memórias do Ginásio Pernambucano" — esse duplo sentido funcional e estético da arquitetura, e que lhe inspirou os melhores edifícios públicos do Estado, no século passado".

Bem que se podia dedicar uma conferência, ou um estudo, a Mamede Ferreira. O projeto figurava o Ginásio com dois andares. "Um projeto esplêndido e que faria do Ginásio o melhor edifício da cidade". Talvez as economias oficiais, não raro demasiado rígidas, tenham contribuído para mutilar o projeto inicial. O prédio se apresentava apenas com um pavimento; e só em 1857, o presidente Sérgio Teixeira, aceitando as sugestões do regedor padre Joaquim Rafael, mandou erguer mais um pavimento, com que se restabeleceu em parte a idéia de Mamede Ferreira. Falta, agora, o outro pavimento, para cuja construção apresente projeto de lei unanimemente aprovado pela Assembléia Legislativa e sancionada na presença do diretor e de professores desta Casa pelo Governador do Estado.

VIAGEM AO TEMPO

A partir de então, a viagem que o Ginásio inaugura no tempo é a continuidade histórica de sua missão, gloriosamente vivida e sofrida. Grandes são os seus mestres. Nomes que ilustrariam as congregações dos estabelecimentos de ensino em qualquer parte. Pode-se dizer, sem excessos de linguagem, que quase todos dignos de serem fixados em ensaios biográficos do maior interesse para a história da cultura pernambucana. De todos eles um só tem merecido estudos mais recentes, que o desenterram do esquecimento: Antônio Pedro de Figueiredo, que era um extraordinário mulato, "não menos significativo" — escreve Gilberto Freyre — como revolucionário in-

telectual do meio escravocrata do Nordeste e como crítico da organização patriarcal então predominante do que outros mulatos mais festejados: Natividade Saldanha nos princípios do século XIX, Tobias Barreto nos fins".

O perfil do revolucionário e reformador, do socialista quase científico, do doutrinário que substituiu no jornalismo a caricatura dos homens pela crítica das idéias, do autor, em suma, da revista *O Progresso*, teve em Amaro Quintas, como aludí atrás, no prefácio com que abre a reedição de tão interessante publicação pernambucana, a nota viva a humana, que lhe faltou durante tanto tempo.

Os contra-tempos não faltavam, de resto, a uma instituição que nascia da velhice do Liceu, da qual herdou, obviamente, as lamentações e os achaques. O Ginásio, embora recentemente fundado, já podia sofrer, por vezes, de reumatismo: era o legado que recebeu da entidade que tanto amargou, na sua jornada heróica, o peso das dificuldades em meio ainda acanhado e estreito. As instituições são às vezes como almas penadas, enquanto não acham o seu pouso; enquanto não se confundem com a sua própria sombra.

Contudo, em 1857, o conselheiro Sérgio Teixeira de Macêdo, presidente da Província, se referia no seu relatório à Assembléia Provincial ao "bom crédito do Ginásio". E acrescentava, Deus louvado, que os professores de Latim ganham em ordenados anuais quatro contos e quinhentos.

UM GRANDE DIA

Dia áureo para o Ginásio foi a visita de Dom Pedro II, em 9 de dezembro de 1859, ao qual fez referência mais ou menos considerável o Imperador, no seu Diário de viagem, publicado em 1952, edição do Arquivo Público Estadual, Cópia, Introdução e Notas de Guilherme Auler. Dom Pedro registra logo no seu Diário que "O Regedor Pe. Joaquim Rafael da Silva parece ser excelente, e gostei de ver o modo porque procedeu durante a minha visita, e da Livraria".

Dom Pedro, perdoe-me a história, sempre muito bem posta diante da realeza, escrevia mal; mas, tinha o gosto do pormenor. Anotou tudo quanto viu, deixando-se embeberçar pela coleção de História Natural arranjada por Brunet, acrescentando: — "... hei de ir vê-la com vagar uma tarde, assim como examinar se parte não

devia ter sido remetida para o museu do Rio pelo Brunet, que recebeu dinheiro do governo geral para explorações científicas pelo interior de algumas das Províncias do Norte, e nada ou pouco remeteu".

O erudito monarca, que gostava de examinar alunos e professores, com aquela sua vocação perdida (tudo neste mundo são vocações perdidas, diz o excelente Visconde de Santo Tirso) de mestre-escola, pôs-se a inquirir alunos e a ouvir professores, após a distribuição de prêmios e a oração proferida pelo cônego Pinto de Campos, professor de eloquência e poética. Oração que *O Liberal Pernambucano* chamou "discurso de um cortesão e não de um mestre". "Um êxtase e não um discurso, como disse Olívio Montenegro. A impressão que os mestres deixam em Dom Pedro II está assim assinalada no seu diário de viagem: — "Os professores de latim, julgo-os bons, assim como o de matemáticas elementares, o de grego, e o de língua e literatura nacional. O de francês não é como seria necessário e o de inglês, que tanto desejava ouvir, por causa da questão teológica com o Feitoso, não se achava presente, e o Brunet ainda sabe mal a língua pronunciando às vezes de modo a provocar o riso. O alemão mal pôde mesmo, por falar muito baixo deixar-se apreciar não me parecendo todavia, bom, e os outros não os ouvi nem pude aquilatar. Um dos meninos premiados leu um discurso em latim e me pareceu puro; obra de mestre segundo me disse o regedor".

E da casa deixou esse registro: — "A casa é muito acanhada apenas cabendo 40 e tendo tido este ano 38 e agora depois dos exames e férias. As camas têm tapagem de pano nelas mesmas, que não deixam ver umas de outras; mas, os lençóis estavam sujos; quanto ao resto tudo me pareceu bem aceiado".

A CRISE

Sim, a casa era muito acanhada, como disse o Imperador. Mas, o pior é que, naquele fatídico ano de 1861, o deputado Afonso de Albuquerque Melo apresentava à Assembléia Provincial um projeto de lei, extinguindo o Ginásio. "Como um apêndice ao singular projeto — escreve Olívio Montenegro — vinha uma autorização para vender o prédio da rua da Aurora, ainda em construção, fazendo-se a primeira oferta ao Governo Geral, caso o quizesse para a Faculdade de Direito. O produto dessa venda seria apli-

cada na criação de uma escola agrícola”.

O Ginásio não foi extinto: mas, teve que vencer as mais duras crises. O proprietário do prédio, à rua do Hospício, ameaçava de despejo. A mudança para a rua da Aurora foi apressada, o que se deu no dia 20 de dezembro de 1866, onze anos após a sua instalação na rua do Hospício. O prédio estava incompleto; mas, o Ginásio, já um tanto afeito às suas aventuras de cigano, logo se aclimatou à nova situação. Apenas, a um homem agudo como o dr. Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque não podia deixar de acudir o primeiro brado, veemente e indignado, contra a mutilação do prédio, escrevendo palavras que podemos hoje repetir em relação ao

em novembro de 1867, ao qual concorreram dois candidatos: Tobias Barreto e José Soriano de Souza. Tobias, terceiro anista da Faculdade de Direito; Soriano, médico e doutor em Filosofia pela Universidade de Louvain. Tobias obteve o primeiro lugar; mas, o nomeado foi Soriano de Souza, alegando-se que era chefe de família. Hermes Lima se refere ao episódio no seu livro sobre Tobias Barreto. O filósofo e fundador da chamada Escola do Recife talvez atribuisse o resultado final, isto é, a nomeação do seu contendor, ao fato de ser um inimigo declarado do Tomismo e da Escolástica. Mas, a verdade é que, segundo as próprias palavras de Tobias, o tomismo convencido não conseguiu demonstrar que o seu antagonista era um “bufão da ciência”.

da Instrução Pública, em 1870; Medeiros e Albuquerque; João Barbalho, cujos relatórios parecem dos nossos dias; o cónego Joaquim de Albuquerque Cavalcanti, o primeiro regedor eleito pela Congregação; o Deão Faria; Arthur Orlando; e Franklin Távora. Paula Batista dizia que no Colégio das Artes, velho rival, se aprende para fazer exames; no Ginásio para saber.

No Ginásio houve uma capela, reconstruída por iniciativa do padre Francisco Rochael, restabelecendo-se as missas aos domingos e dias santos, às quais estavam presentes os alunos e funcionários do Ginásio, sendo que aqueles compunham o cântico.

Um rico quadro a óleo, da Virgem, de Murilo, feito por Alberto Henschel, pintor alemão

Mesmo assim, celebrou-o o cónego Joaquim Pinto de Campos, já professor jubilado. E para não parecer que se opunha à proibição canônica, deixou de usar certos paramentos. No dia seguinte foi suspenso de ordens pelo grande bispo Dom Vital, cujo nome, mesmo entre os indiferentes, é pronunciado com a exaltação que devemos todos aos heróis da Verdade. Nunca esqueço que Machado de Assis, sempre tão sóbrio nas suas crônicas, tomou-se de arrebatamento ao registrar a morte do bispo-martir.

Aqui também houve jantares; grandes jantares, que tiveram um cunho muito significativo de aproximação social.

Nas pesquisas que empreendi em velhos jornais, a respeito do Ginásio, cuja história, tanto quanto a do teatro Santa Isabel, está em grande parte na imprensa do último quartel do século passado, deparei, no *Diário de Pernambuco* de 16 de abril de 1873, o relatório do Dr. Aquino Fonseca, o qual, depois de críticas ao sistema de ensino vigorante, sobretudo no tocante ao número que considerava desmedido de cadeiras (nesse relatório, pergunta o Dr. Aquino Fonseca: — “De que serve o grego entre nós? Para saber-se a etimologia de certas palavras; mas isto se aprende nos dicionários, e não é preciso quanto outras coisas). — Censura o regedor porque ofereceu um jantar por conta do Ginásio, atingindo as despesas a importância total — um escândalo para a época — de 284\$000. O regedor parece que realmente se excedeu, pois o jantar, segundo o relatório, foi o seguinte:

48 garrafas de leite . . .	19\$200
2 latas de azeitona . . .	2\$000
26 libras de farinha do reino . . .	5\$200
2 garrafas de vinho Bordeaux branco . . .	3\$600
2 ditos do dito, tinto . .	2\$600
2 ditos do dito, do Porto .	6\$000
5 presuntos . . .	53\$600
Para preparar os ditos . .	15\$000
16 libras de amêndoas . .	8\$000
8 garrafas de vinho da Figueira . . .	4\$480
3 caixas de passas . . .	12\$000
8 ditos com figos . . .	11\$200
8 queijos do reino . . .	27\$200
1 dito Prata . . .	9\$000
6 latas de ameixas . . .	12\$000
8 latas de doce de pêssego .	5\$120
8 ditos, ditos de figos . .	5\$120
6 maços de palitos de dentes . . .	1\$920
14 libras de batatas . . .	6\$000
12 ditos de banha . . .	2\$240
8 garrafas de vinagre . .	2\$240



Fachada principal do Ginásio Pernambucano

que não se fez ainda: a construção do segundo andar.

EM CASA

Está afinal o Ginásio em casa; e pode, vencendo crises e decepções, prosseguir na sua marcha. Há uma página pouco lembrada: o concurso de Filosofia,

UM MUNDO

É um mundo, essa história do Ginásio. Começam as reformas, os planos, as modificações. O Ginásio está em casa, bastando-se a si mesmo. Ligam-se a esses planos nomes como os de Paula Batista, talvez o mais notável professor da Faculdade de Direito no seu tempo, e que foi diretor geral

residente no Recife, campeava no centro do altar: quadro, informa o historiador da Casa, de que não se tem nenhuma notícia. Na capela realizavam-se casamentos importantes, um dos quais, o do comendador Joaquim Lopes Machado, foi motivo de graves censuras, pois o noivo era maçom, não tendo, por isso, a Câmara Eclesiástica dado licença para realização do matrimônio religioso.

Tempeiro. 2\$600
 Peixe 15\$000
 42 libras de carne de carneiro 21\$000
 Bananas 2\$000
 6 libras de camarão 3\$840
 200 sapotis. 8\$000
 2 repolhos. 1\$200
 2 pratos travessos de arroz de leite. 18\$000

284\$020

na Assembléia, ainda ganhava 1.700\$000 anuais.

O INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT E AS REFORMAS

É difícil resumir tudo, sem perder a perspectiva histórica. O Ginásio vai seguindo a sua trajetória. O decreto de 1 de janeiro de 1893 o transforma em Insti-

tor nomeado pelo Governo. Aires de Albuquerque Gama, o primeiro reitor do Instituto. Vem o novo plano de ensino, ampliando o Ginásio. Como sempre, luxo de programas. O que hoje Delgado de Carvalho, em relação aos nossos programas de História, vem chamando enciclopedismo barato e de má fé. Barato, porque um tanto de fachada; de má fé, porque já se sabe, de antemão, que

sua ação e pela visão dos problemas, já havia dito que "se do Internato têm saído muitos homens eminentes, não é por causa da Instituição, mas apesar dela". E o Internato ficou no papel. Prossegue a Instituição, isto é, o velho Ginásio com nome novo, mas alma velha. O Museu é especialmente referido por Olívio Montenegro como das obras mais diretamente atingidas pelo Governo Barbosa Lima, nos seus anseios de progresso. Retomava-se o trabalho hercúleo de Brunet, que tão boa impressão havia causado a dom Pedro II. A Biblioteca vai no mesmo passo. Em junho de 1899 extingue-se o Instituto, voltando a ser Ginásio; e tenta-se mais uma vez o restabelecimento do Internato para ficar no papel a iniciativa. Em 1904 tem o Ginásio novo Regimento. A reforma Rivadavia, de 1911, repercute intensamente no Ginásio. Era um arrôjo na máquina pedagógica: concedia-se autonomia administrativa e didática aos Institutos de ensino secundário e superior. Talvez mal compreendida, antes mesmo que mal elaborada, a verdade é que a reforma degenerou na anarquia do ensino. Foi uma terrível experiência. Mais arriscada para o aluno e para o que se podia chamar a comercialização do ensino do que a Lei Maximiliano, de 1915: esta mais comprometida na sua execução, decerto, do que no seu espírito. Em 1925 tem o Ginásio que se

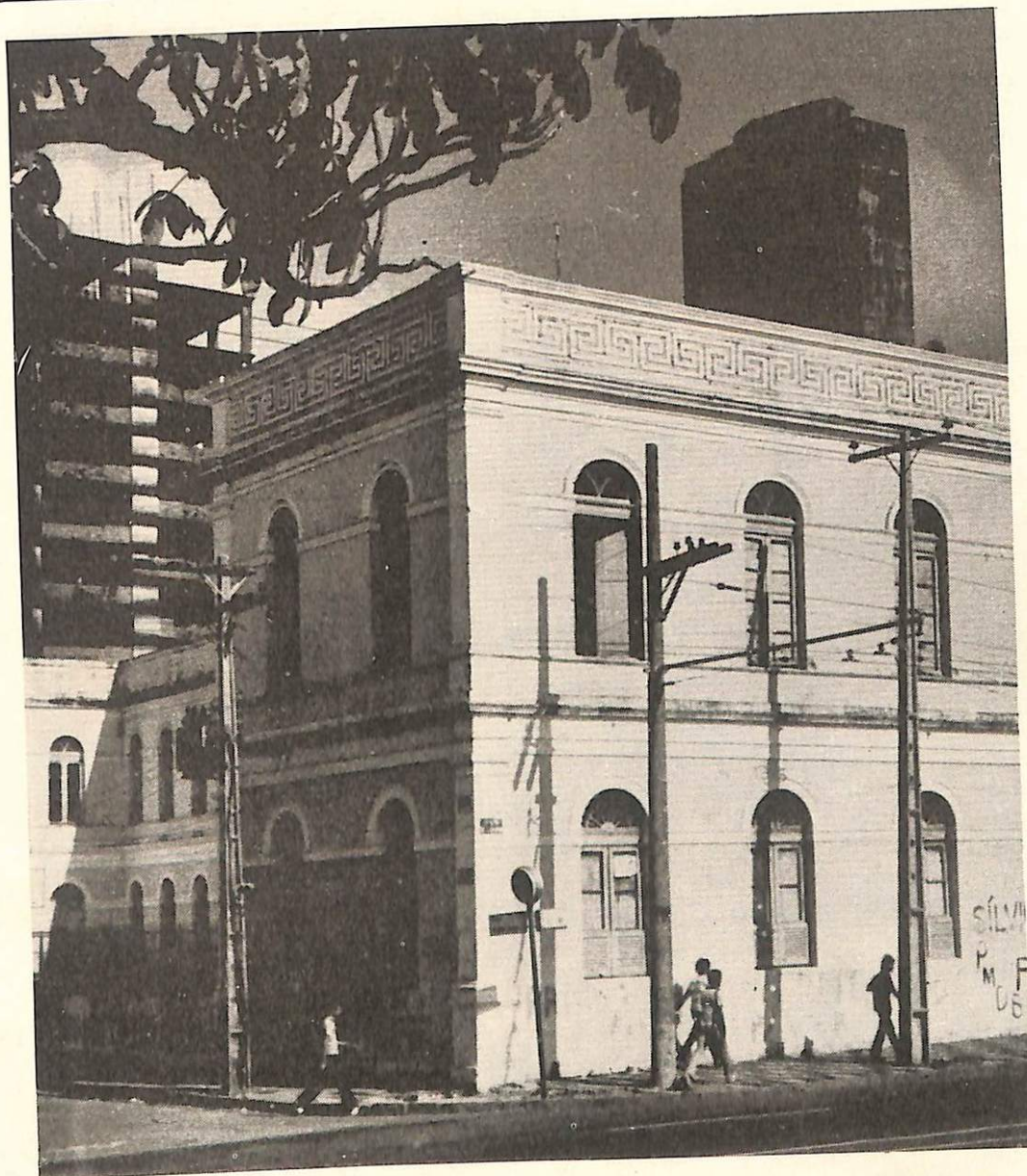


Nós outros, nestes dias atormentados, a impressão que temos é que nesse tempo existiam verdadeiramente os órgãos controladores de preços. . . O Dr. Aquino Fonseca sabia quantas dores de cabeça lhe havia de custar esse jantar, quando em 1883, dez anos depois, um preparador do Ginásio, segundo projeto de lei votado

tuto Benjamin Constant. Não é preciso dizer porque. Era o testemunho de veneração e de justo reconhecimento pelos imortais serviços do fundador da República Brasileira, dirá em mensagem à Assembléia o governador Barbosa Lima. No dia 16 de fevereiro, inauguração do Instituto sob auras republicanas tão ardentes. Rei-

não chegará ao aluno. O partidismo político entra em cena. Demissão de professores. Barbosa Lima ameaça fechar o Instituto, caso desrespeitadas as ordens do Governo. Mas, por trás disso estava o velho Ginásio resistindo. Tenta-se restabelecer o internato. Barbosa Lima, administrador quase incomparável pela tenacidade de

adaptar a mais uma reforma, a de Rocha Vaz, plano que, "bem analisado, é ainda dos que vêem só a instrução e não o indivíduo; em termos mais para beneficiar o conhecimento lógico da vida do que a própria vida", como diz de maneira excelente o professor Olívio Montenegro. Ainda duas outras reformas — a de Francisco



Campos e a de Gustavo Capanema — encontraram o Ginásio sempre pronto a colaborar na obra de desenvolvimento do ensino secundário. Tarefa, muitas vezes, mais de boa intenção, por parte dos técnicos, do que mesmo de realismo pedagógico.

O COLÉGIO ESTADUAL

Pelo que diz respeito aos nomes, tanto quanto pelo hábito quase de cingano de mudar de pouco, o Ginásio tem sido uma espécie de alma penada. O centenário o encontrou Colégio Estadual de Pernambuco, em virtude do art. 5o. da Lei Orgânica do Ensino Secundário, cap. III, que fixou em dois tipos os estabelecimentos de

ensino secundário. Diz o parágrafo 2o. — “Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do Ginásio, um dos dois cursos de segundo ciclo, ou ambos”.

Incidindo no dispositivo da Lei, o Ginásio mudou mais uma vez de nome. A personalidade permaneceu a mesma. O centenário é, afinal, de uma instituição só, cujo caráter fica no tempo como um dos mais altos e nobres padrões da gente pernambucana.

O Ginásio está para o ensino secundário assim como para o superior a Faculdade de Direito do Recife. Nem foi por simples acaso que se entrelaçaram pela presença de professores de uma e de outra instituição, mantendo a constância da mesma glória e o fulgor do

mesmo espírito. As gerações que por ele passaram foram, talvez na sua mais expressiva maioria, completar o seu conhecimento na Casa de Tobias. Velhas e seculares Casas que sustentam em Pernambuco e no Nordeste as melhores tradições da inteligência e da confiança nos destinos da cultura nacional.

O que há de glorioso nas instituições centenárias é que, quanto mais centenárias, mais novas, mais frescas, mais viçosas. Elas não nos dão a sensação do chamado peso dos anos.

ÚLTIMO DECRETO

Afinal, o Ginásio teve o seu nome conservado pelo Decreto no. 3432, de dezembro de 1974, cujo teor é o seguinte:

“O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e XI do Art. 69 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO que o estabelecimento estadual de ensino, ora denominado Colégio Estadual de Pernambuco, destacou-se na história educacional do Estado sob a denominação de “GINÁSIO PERNAMBUCANO”;

CONSIDERANDO o transcurso, neste ano de 1975, do Sesquicentenário daquela modelar instituição de ensino;

CONSIDERANDO, ainda, proposição aprovada pelo Conselho Estadual de Cultura;

CONSIDERANDO, finalmente, ser legalmente possível restabelecer o nome tradicional do estabelecimento, sem prejuízo da atualidade de seus currículos e programas, elaborados dentro da nova filosofia educacional brasileira,

DECRETA:

ART. 1o. — O atual Colégio Estadual de Pernambuco volta a denominar-se “GINÁSIO PERNAMBUCANO”.

Parágrafo Único — À denominação “GINÁSIO PERNAMBUCANO” deverá sempre seguir-se a expressão — Ensino de 1o. e 2o. Graus.

ART. 2o. — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3o. — Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO FREI CANECA
em 31 de dezembro de 1974.

ERALDO GUEIROS LEITE
MANUEL COSTA
CAVALCANTI

Com o nome devidamente restabelecido pelo governador Eraldo Gueiros Leite o Ginásio continua a exercer a sua benemérita missão que, até bem pouco, era de uma pré-Universidade.